

RECORDANDO EXPERIÊNCIAS VIVIDAS EM INÍCIO DE CARREIRA

WILSON VALENTIM BIASOTTO¹

“Eu estudo minhas crianças e elas me ensinaram a ensiná-las”
(MARIA MONTESSORI)

RESUMO: Além da parte introdutória e de um fechamento lembrando uma história popular sobre aprendizado, este relato de experiência está dividido em quatro itens. No primeiro, conto experiências de minha infância e pré-adolescência até o ingresso no magistério, procurando demonstrar as vicissitudes da vida familiar em uma época de crise e a busca de superação. Os três outros itens são mais específicos em relação às experiências profissionais no magistério. Com foco em três alunos de escolas rurais do interior do Estado de São Paulo, relato situações ocorridas nos anos de 1972/73 e início de 1974 que me marcaram profundamente e influenciaram em minha práxis docente. Foi necessário um tanto de coragem, mais que memória, para contá-las, pois demonstram que a inexperiência do jovem professor, aliada às circunstâncias da época, causaram consequências inesquecíveis, para o bem e para o mal..

Palavras-chave: Formação de professores. Práxis pedagógica. Profissionalização docente.

THE PATHS OF AN EDUCATOR

ABSTRACT: Besides an introductory part and a conclusion reminding a popular story about learning, this experience reports divided into four items. In the first, I tell about experiences from my childhood and pre-adolescence to the beginning of the teaching profession, trying to demonstrate the vicissitudes of family life in an era of crisis and the quest for overcoming. The three other items are more related to professional experiences in teaching. Focusing on three students from rural schools in the interior of the Estado de São Paulo-Brasil, I report situations that occurred in the years 1972/73 and early 1974 that marked me deeply and influenced my praxis as a teacher. It was necessary some courage, more than memory, to count them, for they demonstrate that the inexperience of the young teacher, combined with the circumstances of the time, caused unforgettable consequences for good and evil.

Keywords: Teacher training. Pedagogical praxis. Teaching professionalization

¹ Doutor em História. Professor da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: milennebiasotto@yahoo.com.br

RECORDANDO EXPERIENCIAS VIVIDAS AL INICIO DE LA CARRERA

RESUMEN: Además de la introducción y de un cierre recordando una historia popular sobre el aprendizaje, este informe de experiencia se divide en cuatro ítems. En el primer cuento experiencias de mi infancia y pre adolescencia hasta la entrada en el magisterio, buscando demostrar las vicisitudes de la vida familiar en una época de crisis y la búsqueda por superación. Los otros tres ítems son más específicos en relación con relación a las experiencias profesionales en el magisterio. Centrándose en tres estudiantes de escuelas rurales en el Estado de São Paulo-Brasil, reporto situaciones que se produjeron en los años 1972/73 y principios del 1974 que me marcaron profundamente e influyeron en mi práctica docente. Fue necesario un tanto de coraje, más que la memoria, para contarlas, puesto que demuestran que la inexperiencia de un joven maestro, en combinación con las circunstancias de la época, provocaron consecuencias inolvidables, para el bien y para el mal.

Palabras claves: Formación del profesorado. Práctica pedagógica. Profesionalización docente.

Introdução

Nesse relato de experiências vividas, faço inicialmente uma digressão buscando, em meus ancestrais e em minha vivência de menino, as razões pelas quais trabalhei e estudei. Fui sempre, ao longo da vida escolar, um trabalhador-estudante, razão de fracassos e conquistas. Provavelmente essa primeira parte constitua-se em leitura ainda mais enfadonha que as demais, no entanto, por não deixar de ser experiência de aprendizado que me serviram ao longo de minha existência, não resisto ao desejo de contá-las.

A partir do segundo item, as experiências vividas estão diretamente ligadas ao exercício do magistério. Em início de carreira, estágio malsucedido, com experiência limitada somente aos seminários que expúnhamos no curso de graduação, sofri literalmente - neste caso, o verbo sofrer expressa um sentimento anterior ao aprendizado adquirido. Felizmente existe a práxis. Além das experiências contadas no primeiro subitem, selecionei neste relatório três outras experiências com alunos de Escolas de Emergência do Estado de São Paulo, que resultaram em aprendizado inesquecível, acompanhado, porém, de um sentimento de culpa, de remorso.

Inicialmente, desejo narrar o aprendizado de minhas primeiras letras e números para uma ligeira comparação com minha prática de educador. Talvez fosse melhor dizer, como “ensinador”, mas enfim, as práticas se misturam.

Recentemente, fiz uma consulta, utilizando-me do site do Instituto de Educação Valentim Gentil, da cidade de Itápolis, São Paulo, objetivando saber se havia algum registro sobre a implantação

do Método Montessori naquela escola, no ano de 1955. Embora bem atendido, parece-me que será difícil encontrar essa informação por lá. De qualquer forma, houve nesse ano a aplicação de um novo método de ensino. Uma experiência por mim experimentada no ano de 1955, quando frequentei o primeiro ano, àquela época denominado primário. Tínhamos duas professoras, Dona Enide e Dona Maria do Carmo, a primeira, acostumando-se com um novo método de ensino aplicado pela segunda. Não era usada nenhuma cartilha, tínhamos carteiras diferentes das tradicionais, nos movimentávamos pela sala, manuseávamos objetos quadrados, redondos, retangulares; armávamos papagaios (pipas) e outros objetos variados para o aprimoramento da capacidade motora. Para a confecção das pipas, as professoras contaram com o apoio de um jovem estudante do ensino médio para nos ajudar. No intuito de evitar tumulto, os alunos foram chamados por ordem alfabética, talvez também para compreendermos a ordem do ABC. Como o trabalho era relativamente lento, faltou tempo para a conclusão de todas as pipas, faltou a de um aluno, eu, cujos dois primeiros nomes começam com W e V. Pequena frustração recompensada no dia seguinte.

Ao longo do ano letivo, usávamos dois cadernos, o primeiro sem pautas para exercícios, no qual, quando necessário, aprendíamos a traçar as linhas, quase sempre tortas. Praticávamos ainda mais a nossa coordenação motora, desenho de formas, treinamento para compreendermos como deveríamos ocupar o espaço de cada página. Àquela época, a escolaridade iniciava no primeiro ano; sem pré-escola, jardim da infância e muito menos maternal, esses exercícios eram necessários. No outro caderno, pautado, já ordenávamos frases, trabalhávamos com soma, subtração, divisão e multiplicação e, inclusive, resolvíamos “problemas” matemáticos apropriados para a minha idade.

Mesmo sem comprovação, infiro que estava sendo aplicado o método montessoriano, mas claro, não sabia absolutamente nada sobre as práticas educacionais utilizadas, apenas absorvia os ensinamentos de maneira diferente à do ensino tradicionalmente utilizado. Somente muito tempo depois, já no Curso Normal, aprendi que o Método Montessoriano sofre críticas por ser demasiadamente estruturado: a liberdade de escolha de atividades e a autonomia das crianças são limitadas por programações pré-definidas.

Não obstante as críticas sofridas quer me parecer que a concepção de Maria Montessori foi inovadora: ao afirmar que aprendia com as crianças, antecipava conceitos defendidos e disseminados posteriormente. Comparo a afirmação de Montessori, "Eu estudo minhas crianças e elas me ensinaram a ensiná-las", com afirmações de Paulo Freire (1996 p. 25), “Quem ensina aprende ao ensinar e quem

aprende ensina ao aprender” e Cora Coralina (1983, p. 136), “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.

Sem falsa modéstia, entendo que fui muito bem alfabetizado, o que foi “fundamental” e, por isto, concordo que a mudança do nome “ensino primário” para “ensino fundamental” foi apropriada, “fundamental” no sentido de que encaminha o aprendiz para o restante do aprendizado de sua vida. Foi uma experiência feliz, “ia para a escola estudar – rir – cantar e brincar”. Recordá-la remete-me ao início de minha carreira no magistério, em 1972. Dezoito anos após ter sido alfabetizado, por intermédio de um método ainda inovador no Brasil, utilizei-me da cartilha “Caminho Suave”, de Branca Alves de Lima (2007). Verdade, mas eu não era exceção: basta simples clique no Google para verificar a abrangência desse fenômeno de vendas, logo, de utilização. Calcula-se que, entre 1948 e 1990, foram editados 40 milhões de exemplares.

De um professor sem experiência e maturidade para trabalhar com crianças, não se poderia esperar melhores procedimentos didático-pedagógicos, sequer compensados pelo esforço e boa vontade. Não é demasiado lembrar que o “Método Paulo Freire” já estava sendo implementado desde 1961; eu estava onze anos atrasado. Com o passar do tempo, compreendi que o alfabetizador deveria ser um especialista, não um professor recém-formado. Para alívio de minha consciência, partilho a minha culpa com “aqueles tempos e condições”.

Meu ingresso no magistério: conjuntura, necessidade ou desatino?

Quaisquer que sejam os motivos elencados no título deste item, pressuponho ser necessária uma digressão, voltando aos meus ancestrais, para que eu possa ser compreendido ou, se for o caso, perdoado por ter cometido um desatino ao iniciar a minha carreira no magistério tendo outras atribuições, como se verá adiante.

Os meus bisavôs maternos eram abastados, desfrutavam os pequenos confortos que a cidade oferecia e formaram uma descendência de profissionais liberais, especialmente no ramo da odontologia. O bisavô paterno era proprietário rural e a sua descendência constituiu-se de camponeses, enraizados à terra, sem alternativas, sem sonhos. O meu avô paterno viu um único filme quando já tinha passado dos 70 anos de idade, ao contrário do bisavô materno, que tinha cadeira cativa no cinema e levava as netas para ler as legendas dos filmes.

No início do século 19, a família materna morava em Jaú -SP. Não sei a razão pela qual a família deixou o campo. Segundo minha mãe contava, foram plantadores de café. O dono da fazenda era exímio atirador, senão meio doido, pediu para o meu bisavô que parasse o cavalo e ficasse quieto; com um tiro partiu-lhe o cachimbo, depois, deu-lhe de presente compensatório uma caixa de pitos comprada no armazém. Mas com medo de tiro é que não se mudou. Deve ter recebido parte das terras em pagamento, vendendo-as para ir morar na cidade.

Conheço melhor a história de meus ascendentes paternos. Nasci a fórceps na Colônia Branca da fazenda de meu bisavô. Suas terras ofereciam uma vista maravilhosa do cafezal em flor exalando perfume. Soube recentemente via internet que eram 80 mil pés, a segunda maior produção da região de Borborema. Felice era austero, para não dizer pão duro, nem um canivetinho dava para os netos, mas foi tudo em vão, a sua riqueza se acabou, provavelmente com a crise de 1930, que levou ao suicídio muitos cafeicultores. Não ele, um forte. Os seus filhos herdaram pequenos sítios e tiveram que recomeçar. Os nove filhos de meu avô (sobreviventes do total de 18), netos de Felice, nem as primeiras letras aprenderam. Os sítios ficaram pequenos para tamanha prole. Os mais velhos migraram para a cidade e, como só sabiam capinar, sofreram intensamente para adquirir novos hábitos e trabalhar em novos ofícios.

O conhecimento e a cultura adquiridos na Itália, mesmo que populares, dos ascendentes mais velhos, foi se diluindo. O bisavô sabia um pouco de latim, não sei se aprendido nas missas de antigamente ou na escola. Pode ser em ambas, porque mesmo no Brasil, meio século atrás, se ensinava latim, inglês e francês no ginásio. Meu avô já não possuía tão amplos conhecimentos, mas lia romances de cavalaria. Os nomes de alguns de seus filhos revelam: Bramante, Honório, Otávio, Orlando, Ocília. Ele contava essas histórias aos filhos e netos, mas não foram assimiladas.

Meu pai somente foi alfabetizado depois de adulto, ao contrário de minha mãe, que estudou as séries iniciais em Jaú e recebeu formação familiar mais refinada. Provavelmente essa simbiose, quiçá as dificuldades da vida na roça, tenham contribuído para que meus pais tivessem verdadeira obsessão em estudar os seus dois únicos filhos.

Venderam as galinhas, o alazão, as vaquinhas, enfim, todo o patrimônio que tinham no sítio e mudaram-se para Itápolis, onde compraram o ponto de um armazém. Minha mãe anotava no livro de “fiado” as contas jamais pagas. Por seu lado, a experiência de meu pai nessa área comercial, levou-os a vender o comércio, comprar um caminhão, que precisava de motorista, trocá-lo por um carro, e, finalmente, substituí-lo por serviços braçais. Era a pobreza que chegava e nos atingia em cheio.

Ficamos pobres, muito pobres, mas o sonho de estudar os filhos não morreu. A ascensão deveria ser feita por intermédio dos estudos. Eles se sacrificaram, mas venceram. Ascendemos à “classe média”. A grande lição foi a de não termos jamais negado as nossas origens e nos deixado iludir pela máxima de que “nós vencemos”, quem não o fez é porque não se esforçou, não trabalhou. Grande parte da “classe média” atribui o seu sucesso aos seus méritos pessoais, por isto, esta “classe” amorfa se posiciona em defesa dos ricos, sem sê-los, e o desprezo aos pobres por não terem vencido. Marilena Chauí (2017) definiu a “classe média” como “violenta, fascista e ignorante”. Embora não cite literalmente, lembro-me de que Freud ensinou-nos que é indizível o que é produção coletiva e individual. Assim, também penso eu, trago comigo um legado transgeracional e, talvez seja por isto que tenho restrições à apologia da meritocracia, não obstante o esforço de cada um na busca pela comida e pela ascensão não possa ser ignorado.

Tomo o meu próprio exemplo de lutas, nos tempos em que não havia lei que impedisse os menores de 16 anos trabalhar. Criada a lei, que tanto pode ser interpretada como para acudir o desemprego da época quanto o seu espírito possa ter sido bom por exigir a escolaridade até essa idade, embora isto não tenha ocorrido até hoje. Vamos a minha história de trabalhador-estudante, não por remoer um passado difícil, mas para recuperar as circunstâncias ou o desatino que me levaram a optar pelo magistério. Talvez um tanto de necessidade, outro tanto de vocação.

Entre nove e dez anos, quando meu pai não podia comprar lenha para o fogão - mesmo na cidade ainda não se usava o gás - lá ia eu pelas estradas dos arrabaldes catar galhos caídos para lenha. Ainda nessa idade, tinha duas outras tarefas. De manhãzinha portava uma leiteira de dois litros em cada mão e um bernal dependurado ao pescoço com dois litros pendidos no peito e outros dois nas costas; ia buscar leite para os vizinhos a uns 4 ou 5 quilômetros de distância. Ganhava o leite. Levantava-me tão cedo que às vezes o sol nem tinha saído. Por isso, um dia voltei correndo para casa, pois vira um fantasma. Quando clareou, voltei ao trajeto e vi que o fantasma era uma grande placa branca onde se lia “estrada boiadeira”. Depois, duas ou três vezes por semana, corria até o centro da cidade para buscar carne para a família do açougueiro que morava nas vizinhanças. Ganhava 4 bistecas, uma para cada membro da família.

Mas ainda tive trabalhos piores. Nos meus tempos de menino, as boiadas eram tangidas pelas estradas, não existiam os caminhões boiadeiros. Às vezes a distância do transporte era grande, por isto, existiam sítios que eram utilizados para pouso do gado. Um desses sítios ficava há uns cinco quilômetros distante de minha casa em Itápolis. O proprietário, um senhor chamado Moka, além do

aluguel da pastagem, aproveitava-se do estrume de gado para cultivar uma grande horta na baixada do sítio. Quem ia juntar o esterco, duro ou mole? Alguns meninos pobres, entre eles, eu. Todo sábado, o funcionário da horta recolhia o esterco em uma carroça. Os meninos enchiam uma lata de 20 litros, o senhor Moka se apoiava na carroça, subia na lata e socava tanto com os pés que era difícil esvaziá-la. Quando faltava serviço no sítio pouso de gado, eu andava pelos terrenos baldios da vila catando esterco de cavalos para vender aos cultivadores de jardins ou hortas.

Uma experiência formadora de caráter foi quando minha mãe me mandou comprar um retrós de linha e outros aviamentos. Saí em disparada com o dinheiro apertado na mão, mas quando cheguei na loja, cadê o dinheiro? Ao fundo de nosso quintal, havia uma parreira de chuchu que tive que vender até repor o dinheiro. Ao bater nas portas, com a cesta cheia, com receio de errar sobre o que oferecia, ora perguntava se a dona da casa queria chuchu ora machucho.

Não vou falar de outros pequenos serviços esporádicos, como o de ajudante de instalação e consertos de portas de lojas, carregador de arroz da roça para o batedouro, construtor de calçadas - esta tive que apelar para a ajuda de meu pai -, entregador de marmitas, enfim, um menino que estudava, até o quarto ano primário, pela manhã e trabalhava à tarde e, com o ingresso no ginásio, estudava à noite e trabalhava o dia todo.

Com doze anos, houve um salto de qualidade. Trabalhava meio período na Casa Conrado em Itápolis para entregar pacotes, varrer a loja, guardar caixas de chapéu e de armarinhos. Fui “demitido”, porque os três meninos que lá trabalhavam (Alemão, Zé Orelha e eu) a partir de determinado tempo, passaram a bagunçar mais do que trabalhar. No entanto, o dono da loja mandou um funcionário em casa para dizer a minha mãe que os fiscais do Ministério do Trabalho estavam fiscalizando o comércio para saber se havia menores trabalhando sem o devido registro. Grande saída, eu estava descartado, mas a loja não perderia a família de meus avós maternos, que comprava peças de brim aço, panos xadrez para camisas, tecidos para o ano todo, inclusive algumas peças para as chamadas roupas de passeio.

Tanto trabalho não prejudicava os estudos, ao menos durante os quatro primeiros anos escolares e o curso para prestar o exame de admissão ao ginásio. Eu era acompanhado *pari passu* pela minha mãe, que me ajudava nas tarefas, “tomava” os pontos de história e geografia. Não obstante a escolaridade de minha mãe ter sido modesta, como já disse, cursou apenas o quarto ano primário, tinha bom conhecimento de matemática, artes, boas maneiras, enfim, até esse nível de ensino ela reunia condições para me acompanhar. Certo que era à base da “decoreba”. Eu sabia de cor e salteado

o nome de todas as capitais dos estados brasileiros, praticamente todas as capitais do mundo. Decorava pontos inteiros de história e geografia, sabia datas históricas, nomes de cordilheiras e de picos mais elevados. Velhos tempos. Felizmente, mais tarde aprendi que a história é um processo de transformações, para se compreender o porquê dos avanços e rupturas pelos quais a humanidade passou e não aquela história oficial recheada de nomes, datas e panegíricos aos donos do poder.

Enfim, foi graças aos esforços de minha mãe que ingressei no curso ginásial, oitavo lugar na classificação geral, primeiro lugar entre os meninos. Conto essa classificação não por soberba, mas para realçar o acompanhamento de minha mãe, pois, não obstante ter sido excelente aluno no curso primário (fundamental), acompanhado pela minha mãe, a entrada para o ginásial e a perda do controle materno levou-me à repetência, um desastre. Então o meu pai, talvez para me demonstrar na prática o que eu enfrentaria se não estudasse, botou-me para trabalhar em uma serralheria, onde ainda pequeno manuseava o fole da forja, moldava ferros quentes, serrava cantoneiras e já me iniciava na arte de fazer vitrôs e chaves para fechaduras.

O Sr. Saavedra, dono da serralheria, era um fumante inveterado, com o toco de um cigarro acendia outro. Quando um maço de cigarro ia pela metade, jogava em um canto e pegava outro no bar em frente. Em sua oficina, havia maços de cigarro abertos por toda a parte. Vez ou outra, eu pegava cigarros desses maços e marcava a quantidade pega; no final do mês, ao receber o meu minguado salário, eu repunha os cigarros. A honestidade nasce no seio familiar e se aperfeiçoa com o passar dos anos.

Com treze anos virei tintureiro, mas só passava roupas, não tingia nada. O ferro de passar, embora elétrico, era pesado demais para as minhas forças. À noite tinha pesadelos e passava roupas. Saí do emprego e com o dinheiro comprei um dicionário do MEC.

Ao completar quinze anos os meus tios, Claudete e Jayme, me levaram para Catanduva, e fui seguido pela família. Meu primeiro emprego foi na Casa Chic, loja de tecidos. Entregava encomendas, varria a loja, enrolava peças de roupa. O salário mínimo àquela época era de 23 mil cruzeiros. Ao término do mês, fui receber e me foi paga a quantia de 2 mil cruzeiros. Saí em busca de novo emprego, mas o dono da loja me chamou de volta com salário de 10 mil. Tratava-se de exploração levada ao extremo, e nessa loja cumpria oito horas, trabalhava o dia todo, pois já estudava à noite.

Com dezoito anos tive um salto salarial espetacular. Fui empregado na Companhia Nacional de Energia Elétrica. Dois anos depois, prestei concurso para o INPS, hoje SUS, novo salto salarial, mas aí começou uma história que ainda hoje não sei se me envergonho ou se me ufano em contá-la. Havia

prestado também concurso público para o magistério. Aprovado, mas sem pontos suficientes para assumir, tinha preferência para escolher escolas rurais e escolas de emergência.

Pela ordem de classificação, escolhi trabalhar em Sales, conforme detalharei mais adiante. Estava em uma dessas encruzilhadas da vida; após a narração da difícil vida de menino trabalhador, posso enfim contar a minha decisão, com a esperança de que o leitor compreenda ou perdoe a minha atitude. Como se verá adiante, tratava-se de uma decisão difícil. Permaneceria empregado no Instituto Nacional de Previdência Social – INPS – onde era concursado, ou arriscaria a carreira de professor? Qual a segurança empregatícia que teria se escolhesse o magistério? No ano seguinte, teria chance de escolher novamente uma escola? Quais as minhas certezas e os meus riscos?

1972, a maratona nesse ano foi mais longa e intensa do que aquela vivida no tempo em que “servi” o Exército Nacional e entrava às 4 horas da manhã, depois trabalhava até as 17 horas e ia para a faculdade às 19. Nessa época, tinha umas quatro horas para dormir. Mas quando consegui as minhas primeiras aulas no magistério, foi pior, nem dá para entender tamanho esforço. Eu cursava o último ano da graduação em História. Entrava na faculdade às 19 horas, saía às 23 e ia para o INPS, onde fazia plantão junto com um médico até as 6 horas da manhã. Os atendimentos eram poucos ou nenhum e às vezes o médico fazia o atendimento sem me acordar. Minha mãe madrugava para preparar meu desjejum e o almoço. Pouco antes das 6 horas, meu pai levava o café da manhã - uma garrafinha com leite e pão - e uma marmita térmica com o almoço. Viajava 111 quilômetros para chegar na escola às 8 horas. Voltava às 14 horas, descansava e estudava. Muito esforço, força de vontade ou um desatino praticado durante o ano todo? Em minhas folgas semanais, sobrava ainda um tempinho para ir ao cinema com a namorada.

Com certeza, nessa época, e em toda a minha vida, não me valeu o ensinamento de Ascenso Ferreira (2017): “Hora de comer, comer! // Hora de dormir, dormir! // Hora de vadiar, vadiar! // Hora de trabalhar? Pernas pro ar que ninguém é de ferro!”

Mas, enfim, de tanto trabalhar, acabei concordando com o ensinamento de meu pai: “quem trabalha não tem tempo para ganhar dinheiro”. Verdade, mas felizmente sempre tive o necessário. Mesmo que fosse um prato de arroz com ponteiros de abóbora, fritos à milanesa. Importante é não perder a fé, não desistir da esperança e confiar na solidariedade, pois sempre há alguém disposto a lhe estender a mão.

Maria, da hiperatividade à liderança

Iniciara-se o segundo semestre do ano letivo quando ela me presenteou com três traíras, também conhecidas por lobos: eram peixes grandes, gordos, vorazes e, por via de consequência, facilmente enganados por qualquer isca colocada no anzol. Em um outro dia, me trouxe uma garça ferida, que não consegui salvar. Foi devido a esses presentes o aprendizado de que havia bondade e bem querer na mente daquela menina negra, camponesa, grande, forte, hiperativa, indócil e irreverente, com seus 14 anos, cursando o segundo ano da escola multisseriada da Fazenda Bom Retiro, no município de Sales, Estado de São Paulo. Tive o suposto estalo de Vieira, pois não me lembro de ter aprendido na escola ou nos livros essa técnica: Maria foi nomeada “secretária da sala”. Acabou-se aquela Maria de quem guardo a fisionomia, mas não o sobrenome. A transformação foi repentina: deixou de ser dispersiva, o seu nível de atenção aumentou, a caligrafia melhorou e as suas tarefas passaram a ser bem-feitas. Meio século depois, ainda me arrependo de lhe ter aplicado a régua na cabeça. Ai se fosse hoje! A minha insensatez poderia ter provocado algum tipo de ressentimento à Maria, mas o nosso relacionamento posterior apagou qualquer resquício de mágoa.

Somente no final do ano soube que os pais de Maria eram alcoólatras, mesmo durante o dia dormiam embriagados, em tarimba de um casebre à beira do rio Tietê. Como não fiz o diagnóstico no início do ano? Por que não fui conhecer as famílias de meus alunos? Mais uma vez partilho a minha culpa: a distância entre a escola e as moradias e a inexistência de acesso para veículos.

Bem, conheci o pai da Eni, estudante do terceiro ano, a mais inteligente e aplicada da escola - dos bons e dos maus alunos não se esquece. A circunstância foi inusitada: ela foi em desabalada corrida a sua casa, a mais próxima da escola, dois quilômetros de distância, para que o seu pai trouxesse a espingarda e matasse uma cobra enorme, cascavel, enrolada em si mesma no porão da escola. Fez bem em me chamar, disse ele, com o seu jeito de falar e seu conhecimento, adquirido desde a infância com os seus familiares, também trabalhadores rurais para o latifúndio: essa cobra só perde para a Urutu Cruzeiro, que pica e sai ligeiro para a vítima não lhe cair em cima.

O mais novo da sala, Sílvio, sobre quem falarei mais adiante, foi quem viu a cobra pela enorme fresta que se abria no assoalho. Claro que o pai de Eni se preocupou com a vida da filha e com a das demais crianças e, mesmo que houvesse mais experiência, seria praticamente impossível aos atores da cena dominar a cobra, prendê-la pelo pescoço com uma forquilha, encaixotá-la e enviá-la para o Instituto Butantã. Poderia tentar enxotá-la, mas com a barriga cheia, dificilmente se arrastaria mais do que uns dois metros para se embrenhar no matagal. Se estivesse faminta, daria o bote. Mais

uma vez, o alívio de minha culpa, justificando-me, ou refletindo e comparando aquele passado distante com os dias de hoje. Atualmente, a consciência ecológica tem outros ditames e, ainda, se caso semelhante aflorasse, provavelmente seríamos presos: fauna e flora são um pouco mais bem protegidos com a vigilância de órgãos especializados.

Mas, enfim, era início de carreira, que já começava timidamente a ser encarada como profissão, não como sacerdócio. Não obstante, decorridos 17 anos do terceiro milênio, uma secretária de educação declarou em entrevista radiofônica, em março de 2017, que o magistério era um sacerdócio. A história não é feita apenas com avanços, há rupturas.

Meu emprego era temporário, sem estabilidade: o Estado economizava o pagamento de férias e de décimo terceiro salário, prática recorrente em vários estados brasileiros. Início de carreira, disse, e é verdade, acrescentando que assumi imediatamente após a conclusão do Curso Normal, formador de professores para o ensino fundamental, no Instituto de Educação Barão do Rio Branco, em Catanduva, São Paulo.

Esse Instituto de Educação, carinhosamente denominado apenas por Barão, ao menos até os anos de 1970, era uma escola pública excelente. Certo que era seletiva, existia um Exame de Admissão para o ingresso nas quatro primeiras séries do curso ginásial e as vagas para o Ensino Médio eram preenchidas quase exclusivamente pelos próprios alunos da escola. Não existiam os cursinhos preparatórios para vestibular, no entanto, os seus alunos conseguiam ingressar em faculdades renomadas, especialmente os do Científico e do Clássico; o curso Normal nem tanto, apesar de que atraía muitos alunos. Quando o frequentei, éramos cento e vinte, divididos em três turmas. Essa procura não era devida à vocação, o fato é que os cursos Clássico e Científico funcionavam em período diurno, atendendo mais à “Classe Média”, e o Normal, noturno, frequentado por alunos trabalhadores. Essa realidade parece não ter se modificado muito com o passar do tempo.

Apesar da boa qualidade de ensino nas escolas públicas, já se dizia naqueles tempos que “antigamente a escola era risonha e franca e hoje é falsa e chorosa”. De qualquer forma, eram mais procuradas do que a escola particular existente em Catanduva. Aqueles que não conseguiam vaga em escola pública, procuravam a particular, principalmente os menos privilegiados financeiramente. A “classe média”, mais bem preparada desde o lar, frequentava a escola pública, ao contrário dos dias atuais, quando prefere a particular, embora ingresse nas Universidades Públicas, com melhor qualidade, mesmo durante o sucateamento imposto pela vigência do neoliberalismo no Brasil.

Retomando a narrativa. Concluído o Curso Normal - na época havia grandes festas quando da conclusão da quarta série, que dirá formar-se professor? Baile em grande estilo, animado por orquestra, jantar, excursão- prestei o concurso público para o ingresso no magistério, porém, não alcançando o índice para ingressar, escolher cadeira, como se dizia. Enquanto aguardava vaga, me foi dada preferência na escolha para lecionar nas Escolas de Emergência. Ingressei no desconhecido, entretanto, a culpa pela inexperiência foi muito mais minha do que por não ter sido efetivado logo após o concurso, ou da escola que frequentei. Não posso sequer culpar o estágio, apesar de ter se resumido em uma única e frustrada experiência, sem qualquer tipo de acompanhamento. Nunca é demais refletirmos sobre os nossos erros e acertos. Minha aula como estagiário foi para uma turma de primeira série. Tinha me preparado relativamente bem e não estava sequer à metade da aula quando uma menina desandou a chorar com tal força que não consegui terminá-la. Sem que houvesse meios para contornar o problema, constrangido e desiludido, tive que passar a regência para a professora titular.

Culpa? Da imaginação da menina com a hipótese de que a professora a abandonaria, ou eu deveria assumi-la dada a minha inexperiência?.

Sílvio, inapetência ou farinha com água?

Sílvio, o descobridor da Cascavel no porão, não tinha completado sete anos, mas foi matriculado na primeira série, embora a lei não o permitisse àquela época. Negro, mas sem brilho nas faces, miúdo, olhar triste, não obstante, me fazia lembrar da imagem de um anjo barroco. Sentava-se no último lugar, com quatro ou cinco crianças a sua frente. Poderia colocá-lo na primeira carteira, evitando que ficasse dispersivo, mas tinha que andar de carteira em carteira, acompanhar três séries, inclusive dedicando especial atenção ao Sílvio, o mais necessitado. Notava algo estranho nele, espécie de sonolência, certa fragilidade física, embora nenhum distúrbio neurológico grave (dislexia, transtorno de déficit de atenção, autismo, déficit de percepção visual etc.). O déficit de atenção foi meu, não percebi o essencial, conforme posto adiante.

A escola funcionava em um barracão, uma tulha antiga, provavelmente dos tempos em que as pastagens ainda não tomavam conta daquelas terras. Sabe-se lá há quanto tempo! Construída com baldrame de aroeira, quase meio metro acima do chão, com assoalho e paredes de tábuas de peroba. Deveria medir uns 15 metros por 8, tinha uma única porta de entrada que dava para a sala do professor, duas janelas ao fundo, de onde somente se podia avistar a pastagem, com uma ou outra

árvore perdida ao longo. Nem uma privada, mesmo que de buraco fosse, ou um poço caipira de onde se pudesse retirar água. Necessidades atrás das moitas, água em garrafas de vidro:

Escola de Emergência de Sales



Fonte: Arquivo pessoal

De repente os alunos, em seu conjunto, normalmente comportados, inquietaram-se, taparam o nariz com os dedos, falavam alto proclamando: “foi o Sílvio”. Tinham razão, o mal cheiro era insuportável e fora o Sílvio. Fui obrigado, obrigado, repito, a dispensar a classe para um recreio emergencial. Grande algazarra no pátio, se é que se pode considerar pátio um estreito corredor entre o barracão e o pasto.

Mas não podia perder tempo, eram três séries e havia naquela época um inspetor para acompanhar vez ou outra o andamento do projeto pedagógico. Verificava diários do professor, cadernos dos alunos, fazia perguntas, enfim, era um fiscal da Delegacia de Educação de Catanduva. No Estado de São Paulo, as Delegacias de Educação eram mini secretarias de educação, com dezenas de funcionários, localizadas em cidades polo, extintas ou diminutas, especialmente depois do advento da Internet.

A estruturação da Secretaria de Educação paulista era semelhante à de outros estados da federação. Em Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul, para onde migrei em 1974, não era diferente. Com a sua imensidão territorial, tinha estrutura idêntica, diria que necessitava dessa estrutura. A distância entre os limites da fronteira sul com a capital, Cuiabá, beirava 1200 quilômetros, nos anos de 1970. As estradas não tinham revestimento asfáltico e os meios de locomoção eram limitados. Mesmo em São Paulo, ainda havia regiões sem água, luz, asfalto e, muito menos telefone. Catanduva, para se ter uma ideia, distava cento e onze quilômetros daquela escola de difícil acesso.

Com a sala arejada, pedi para os alunos entrarem. Mas o que fazer diante dessa situação embaraçosa para todos, especialmente para o Sílvio? A minha opção foi uma boa conversa. Expliquei que bastava levantar o braço, pedir licença para sair, não precisava dizer o que fariam atrás das moitas. Àquela época, na zona rural, dificilmente havia privadas e não era diferente naquela tulha transformada em escola. As necessidades eram feitas atrás das moitas ou das árvores, “se não fosse trágico seria cômico”, sempre atrás, nunca na frente ou ao lado.

Mal acabei de falar, por coincidência, ou porque o Sílvio esperou educadamente sem me interromper, ele levantou o braço. Autorizei rapidamente a sua saída e ele já estava a meio caminho entre a sua carteira e a porta quando houve novo alvoroço: “não deu tempo professor”. Sílvio estancou, olhou-nos com um olhar que não consigo descrever e voltou para a sua carteira. Está fixado em minha memória e, provavelmente, jamais nos esqueceremos daquele rostinho triste. Obriguei-me a fazer novo recreio.

Deveria ter alertado os alunos para essa questão logo nas primeiras aulas e não deixado acontecer à semelhança da história de Maria, ocorrida no segundo semestre. Com Sílvio, foi nos primeiros meses de aula. Mas o fato em si não me pesa na consciência, por não ter feito esse aviso nos primeiros dias de aula, pior, triste mesmo, foi descobrir que não se tratava de inapetência ou anorexia. Também, assim como no caso de Maria, somente no final do ano, fui informado de que Sílvio não tinha o que comer a não ser farinha (provavelmente moída e torrada na própria casa) com água. Mais uma

vez a inexperiência, no entanto, não ignoro que caiba também muita culpa à municipalidade, ao Estado e ao Ministério da Educação. O transporte daquelas crianças até a sede do município seria muito mais proveitoso e quiçá economicamente também compensasse. Talvez na sede do município tivesse melhor sorte. Que será do Sílvio?

Como não somente neste capítulo, mas em todo o texto, me utilizei muito de conjunções adverbiais (mas, em especial) e me referi frequentemente à culpa, entendo poder retomar uma reflexão realizada em 2006 - propaganda explícita conforme o endereço - www.biasotto.com.br - amparado em um projeto, transformado em livro, que fez de Dourados, cidade em que vivo atualmente, uma “Cidade Educadora”, afiliada à Associação Internacional das Cidades Educadoras, por alguns anos. A epígrafe, de Guimarães Rosa, em “Grande Sertão Veredas”, talvez contribua mais que o próprio texto.

“Eu tinha culpa de tudo, na minha vida, e não sabia como não ter”.

Ora, a culpa! Pesa sobre nós como um fardo. Fardo? Alguém já não disse, peguemos as nossas culpas, enfiemos num saco e joguemo-las na esquina mais próxima? Ou algo semelhante? Mas como viver sem culpa se ela é parte do imaginário social do ocidente? Se já nascemos com culpa mesmo sem saber do que se trata? Não! Antes de jogar toda a culpa na esquina, façamos melhor: vamos distribuí-la segundo regras bem definidas, de modo que um tanto fique com os vereadores, outro com o prefeito; mais um tanto para os juízes, outro para os promotores. O tabelião e o general não poderão ficar de fora, mais um fardo haverá de ser dado ao bispo, outros serão distribuídos no Conselho de Pastores. E aos dirigentes de outras crenças devem ir um tanto quanto, mas que não fiquem sem os seus fardos também os professores, a polícia e os doutores, sejam estes médicos, advogados, filósofos ou administradores. Quantos fardos ainda restam? Contemplemos os comerciantes, os feirantes, os estudantes, a costureira, o amante, o comerciário, o bancário e todos os ajudantes. Continuando a partilha, com certeza muita culpa caberá às parteiras e obstetras (BIASOTTO, 2006, s/p.).

Um convite interessante: ir ou não ir, “eis a questão”

Não obstante ter negligenciado muitos documentos, os fuçadores e arquivistas de papel velho – felizmente não só isto – historiadores como eu, acabam encontrando em seus guardados, informações para a recuperação de suas memórias. A descoberta abaixo descrita se presta para comparar o quanto as minhas condições de deslocamento para o trabalho melhoraram.

Em 1973, a “lotação” deu-se para outra escola rural – de emergência – muito mais próxima. Do total dos 222 quilômetros, ida e volta, de Catanduva, onde morava, até Sales, a distância foi

reduzida para apenas 20 quilômetros. Localizava-se no município de Itajobi, São Paulo.

Além da distância, vários outros fatores contribuíram para que eu me firmasse no magistério: a escola era construída em alvenaria, os alunos bem alimentados, o contato com os pais era frequente e, para nem imaginar que os moradores dessa zona rural não se preocupavam com a educação dos filhos, eis um exemplo: um pai me confessou que acompanhava o andamento das aulas de uma outra escola rural e que os meus alunos estavam mais adiantados. Ora, essa declaração, tão espontânea, talvez tenha sido a responsável por seguir a carreira do magistério até a minha aposentadoria; ela encorajou-me e, para maior alegria, tive a chance de escolher a mesma escola, tão perto de minha casa, em 1974. Paradoxalmente, alegria pela escolha e tristeza por deixar aquela turma. De qualquer forma, outro desafio me estava reservado.

Na noite de 1º de março de 1974, recebi uma visita inesperada. Um professor ousado, Mário Geraldine, tendo migrado de Ibirá para Dourados em 1971, me convidou para ministrar aulas no campus da Universidade Estadual de Mato Grosso, UEMT (depois, com a divisão do estado de MT, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e, a partir de 2005, Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD). Despedi-me de meus alunos, expliquei para alguns pais o grande salto profissional que daria e aceitei outro desafio. Essa é outra, uma nova e talvez ainda mais difícil experiência.

Passados aproximadamente vinte anos, Jair João Biasotto recebeu em sua loja, “Biasotto e Biasotto”, em Catanduva-SP, a visita de ex-aluno meu, da escola de Itajobi, cujo nome está perdido em minha memória. Tinha 27 anos, era casado e pai de duas crianças. Queria saber se era meu parente. Sabendo que se tratava de meu irmão, deixou anotado o seu endereço porque queria me ver, conversar comigo, digamos que tinha saudades do então jovem professor.

Muitas e muitas vezes também tive vontade de visitar as minhas primeiras professoras, contar-lhes minhas atividades, agradecer-lhes, mas nunca o fiz. Resolvi não visitar esse aluno, cujo nome, assim como o da escola, não me lembro. Meu irmão censurou gravemente essa atitude, mas já havia envelhecido vinte anos, deixado a barba e bigode crescerem, não era mais aquele professor que no intervalo se sentava ora com os meninos, ora com as meninas e conversava com eles sobre assuntos não contemplados no rígido plano anual daqueles tempos. Sem machismo, mas as “reuniões” com os meninos eram mais frequentes, especialmente com os do terceiro ano. A sexualidade aflorara neles, mas era uma situação complexa, difícil falar sobre este tema naqueles tempos. Nos dias atuais, pode-se encontrar obras sobre sexualidade infantil desde o útero materno. O tema é abordado explicitamente. Minha conclusão se encaixa perfeitamente naquilo que Nelson Rodrigues chamou de

“óbvio ululante”: os tempos mudaram. Basta um clique em site de procura na Internet e surgem quase 150 mil referências à sexualidade. De qualquer forma, não é demasiado lembrar que, além das teses e livros dedicados ao assunto, a mídia toda, sem exceção, e os movimentos que defendem a liberdade do corpo, abordam com certa naturalidade – embora ainda exista muito preconceito - o que outrora era tabu. As conversas extraclasse me demonstraram, mais uma vez, o óbvio: a prática cotidiana também contribui para com o acúmulo de experiência por quem iniciava a carreira.

Retomando a história de meu ex-aluno. A minha atitude se deveu à ideia de que era muito melhor que ele permanecesse com a imagem do professor pelo qual demonstrara querer bem, ter saudades, do que me apresentar com a minha nova aparência, mesmo que fosse sem barba e bigode.

Nem sempre conseguimos prever os documentos que devem ser selecionados para o futuro, por exemplo, os diários de classe com o nome de todos os meus muitos alunos, da mesma forma que fiz com os meus dois primeiros cadernos, os quais mostrei recentemente para o neto mais velho, que começou a ir à escola com dois anos e agora, com seis, aprende, no primeiro ano, as primeiras letras e números. Passados outros 20 anos, um pouco menos ou mais, desde a visita de meu aluno itajobiense ao meu irmão, ainda me pergunto se quem tinha razão era ele, ligado à engenharia civil, não ao magistério, ou eu, que, não obstante estar trabalhando em uma Universidade, já tinha amadurecido? A culpa novamente.

Considerações finais: ensinamento popular sobre aprendizado

Sobre essa última experiência exposta, fica mais uma vez a dúvida, mas me consolo com a máxima de que a dúvida é que move a ciência, talvez a própria vida. Nascido no seio de família italiana, recebi dela uma educação não formal por meio de fábulas, contos e ditados populares trazidos da Península por meus tataravós e bisavós. Concluo com uma delas.

Rodeado pelos filhos, nos cafundós onde o diabo perdeu as botas, como se dizia, um homem idoso agonizava. Um dos filhos, percebendo que nada mais poderia ser feito, conclamou a família a buscar uma vela. Em tempos idos, costumava-se colocar uma vela na mão dos moribundos para iluminar o seu caminho para o céu. Corre daqui e dali, abre-se e fecha-se as gavetas da velha cômoda, abre-se também a tampa do baú e nada de vela. Então alguém teve a brilhante ideia de ir ao fogão de lenha, pegar um tição, aticá-lo e colocá-lo na mão do velho que ainda teve tempo para exclamar: morrendo e aprendendo, quando não se tem a vela serve o tição.

Referências

BIASOTTO, W. **Edificando nossa cidade educadora**. Dourados: Editora Nicanor Coelho, 2006. Não paginado.

CHAUÍ, M. **Lançamento do livro 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. 4'59". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HjOXeGZT8M0>>. Acesso em: 19 de abr. 2017.

CORALINA, C. **Vintém de cobre**: meias confissões de Aninha. Goiânia: UFG Editora, 1983.

FERREIRA, A. **Filosofia**. Disponível em: http://www.avozdapoesia.com.br/obras_ler.php?obra_id=1726&poeta_id=218 Acesso em: 22 abr. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIMA, B. A. **Caminho suave**. 127 ed. São Paulo: Edipro, 2007.

Recebido em: 22/04/2017

Aceito em: 03/07/2017